



ACÓRDÃO Nº2181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11863/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Francisco Adoniran Macena da Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias – OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5061/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa**, gestor e ordenador de despesas do Fundo da Previdência Social do **Município de Caapiranga, exercício 2019**, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea “B”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades não sanadas:

10.1.1. Ausência de informações sobre a gestão do fundo no portal da transparência, em descumprimento aos artigos 48, 48-A e 55, §2º, da Lei complementar federal nº 101/2000;

10.1.2. Ausência de comprovação de que o responsável pela gestão dos recursos foi aprovado em exame de certificação, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado de capitais (art. 2º da Portaria MPS nº 519/2011);

10.1.3. Ausência de comprovação da realização da avaliação atuarial do exercício, acompanhado pelo respectivo demonstrativo de resultado da avaliação atuarial – DRAA (art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008);



ACÓRDÃO Nº2181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.1.4. Ausência de envio dos demonstrativos da política de investimentos - DPIN, em inobservância ao art. 1º da Resolução MPS nº 519/2011.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa, no valor de R\$ 13.654,39, com fulcro no art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades não sanadas:

10.2.1. Ausência de informações sobre a gestão do fundo no portal da transparência, em descumprimento aos artigos 48, 48-A e 55, §2º, da Lei complementar federal nº 101/2000;

10.2.2. Ausência de comprovação de que o responsável pela gestão dos recursos foi aprovado em exame de certificação, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado de capitais (art. 2º da Portaria MPS nº 519/2011);

10.2.3. Ausência de comprovação da realização da avaliação atuarial do exercício, acompanhado pelo respectivo demonstrativo de resultado da avaliação atuarial – DRAA (art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008);

10.2.4. Ausência de envio dos demonstrativos da política de investimentos - DPIN, em inobservância ao art. 1º, da Resolução MPS nº 519/2011 e fixar **prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal, importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como



ACÓRDÃO Nº2181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação, firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência deste julgado ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral